

## **EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE JOVENS TRABALHADORES NO BRASIL: O PROGRAMA PROJovem TRABALHADOR COMO MODELO DE ESCOLARIZAÇÃO.**

## **YOUNG WORKERS'S EDUCATION AND QUALIFICATION IN BRAZIL: THE PROGRAM PROJovem TRABALHADOR AS A MODEL OF SCHOLARIZATION.**

**Gilson de Sousa Oliveira<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

Na atual contextura das políticas neoliberais no Brasil, o fenômeno do desemprego de jovens trabalhadores é justificado pela baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional, problemas que justificam a adoção de programas e projetos educacionais, de curta duração, executados por meio da parceria público-privada e ancorados na pedagogia das competências e no discurso da empregabilidade. Com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, a educação destinada à classe trabalhadora passou a receber uma atenção especial, evidenciada por meio da construção de novas escolas técnicas e na oferta de cursos de qualificação profissional de curta duração, como os que ocorrem no Projovem Trabalhador- Juventude Cidadã. Nossa análise tem como objetivo identificar as concepções que orientam a formação e a qualificação profissional de jovens cursistas desse Programa, destacando seus limites e possibilidades, sobretudo no que tange à formação de sujeitos críticos e a inserção desses no mercado de trabalho. Referida análise, fundamenta-se no método do materialismo histórico dialético e é o resultado de uma pesquisa qualitativa sobre esse Programa no Estado do Ceará. Se por um lado, o Projovem Trabalhador consegue ampliar o nível de escolaridade dos jovens cursistas, com a conclusão do ensino básico, por outro, mascara as reais necessidades educacionais da classe trabalhadora, visto que, além de seu caráter assistencialista, não oferece efetivo acesso a uma educação alargada de qualidade, nem garante a inserção desses no mercado de trabalho formal.

**Palavras-chave:** Educação Profissional – Projovem Trabalhador – Governo Lula.

---

<sup>1</sup> Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação - FACE/UFC, graduado em pedagogia pela Universidade Federal do Ceará, coordenador dos cursos de Educação do Programa de pós Graduação da Faculdade Vale do Jaguaribe e membro do Laboratório de Estudos do Trabalho e de educação profissional do LABOR. Professor do Curso de Gestores Executivos da Gestão Básica pela Coordenadoria Estadual de Formação de Executivos Escolares para a Educação Básica – CEFEB do Conselho Estadual de Educação do Ceará- CEE.

## ABSTRACT

In current contexture of neoliberal politics in Brazil, the phenomenon of unemployment of young workers is justified by low schooling and lack of professional qualification, problems that justify the adoption of short duration educational programs and projects, performed by public-private partnership and anchored in competency pedagogies and employability discourse. Due to Luis Inácio Lula da Silva election, the education aimed to working class started to receive a special attention enhanced by the building of new technical schools and in the offering of short duration qualification courses, exemplified by Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã. Our analysis aim to identify the conceptions that guide the formation and professional qualification from the young students in the program, highlighting their limits and possibilities, mainly in aspects as the formation of critical agents and their insertion in the job market. This analysis, orients itself by the historic-dialect materialism and it's a result of a qualitative research about this program in the state of Ceará. If in one hand, the program Projovem Trabalhador increases young workers schooling levels, by concluding the basic scholarship, in the other hand it masks the working class's actual needs, once besides its assistentialism it does not offer effective access to an education full of quality, neither it guarantees young students insertion in the formal job market.

**Key-words:** Professional Education – Projovem Trabalhador – Lula government.

## INTRODUÇÃO

O desemprego é um problema que afeta milhões de trabalhadores em todo o mundo, mas seus efeitos são, ainda, mais devastadores sobre as populações dos países periféricos, sobretudo os trabalhadores jovens, pertencente às classes populares.

No Brasil, desde os anos de 1990, milhares de trabalhadores, adultos e jovens, buscam inserção no mercado de trabalho, sem sucesso. Os novos postos de trabalho criados são ocupados, na sua maioria, por trabalhadores que tiveram acesso a uma formação profissional de melhor qualidade, sobretudo no âmbito técnico profissional. Essa realidade agrava, ainda mais, a trágica situação vivida por muitos desses trabalhadores, particularmente, aqueles que não tiveram acesso a uma boa educação e nem foram preparados para o exercício do trabalho. Diante dessa realidade é possível afirmar que, o mundo do trabalho não é o local de abrigo para todos os trabalhadores, uma vez que, parcela significativa desses trabalhadores está

fora do mercado formal de trabalho ou esperando uma oportunidade, que na maioria das vezes nunca acontece.

Para os defensores da ordem capitalista vigente, o alto índice de desemprego entre jovens trabalhadores guarda relação direta com os baixos níveis de escolaridade e a falta de qualificação profissional para o exercício do trabalho. Sob tal perspectiva, o desemprego desse segmento de classe é visto como um problema de ordem individual e não como uma questão social, decorrente da execução de políticas públicas atreladas aos interesses do capital. Na acepção de Frigotto (1993) e Pochmann (2000), não existe relação direta entre um e outro fenômeno. Na visão desses estudiosos, é falsa a suposta linealidade imediata entre qualificação-inserção profissional na ordem econômica vigente. Fatores, como, a reestruturação produtiva nas empresas nacionais, a adoção de novas tecnologias, a falta de uma política séria de geração de empregos formais, bem como as novas formas de gestão da força de trabalho são apontadas como os principais responsáveis pelos altos índices de desemprego entre jovens trabalhadores no Brasil.

Referido discurso mascara as intenções do Poder Público que não atua no sentido de propor e executar políticas governamentais que possibilitem a criação de novos postos de trabalho, inclusive para os jovens das classes populares. Se a baixa escolaridade e a falta de qualificação são apontadas como responsáveis pelo não acesso do jovem ao mercado de trabalho formal, o que dizer, então, dos jovens que tiveram maiores oportunidades de acesso a uma educação mais aprofundada e que nem por isso conseguem se inserir no mercado de trabalho? Tal realidade sugere que não se trata, apenas, da falta de formação e qualificação profissional dos jovens, mas, principalmente pela ausência de políticas públicas de geração de emprego e renda.

O combate ao desemprego de jovens trabalhadores não tem sido uma tarefa fácil para os últimos governos brasileiros. Nos três primeiros anos do governo Lula da Silva, por exemplo, apenas uma, em cada dez vagas com carteira assinada abertas no Brasil, foram ocupadas por alguém que procurava se colocar no mercado de trabalho pela primeira vez (POCHMANN, 2007). Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) demonstraram que nesse período, apenas 15% das novas oportunidades de

emprego criadas foram ocupadas por pessoas com idade até 24 anos no mesmo período. Mas afinal como foi que o governo Lula da Silva procurou resolver o problema do desemprego da juventude trabalhadora?

A vitória desse governante, em 2003, gerou enormes expectativas por mudanças estruturais, sobretudo no âmbito da educação profissional, esta última, completamente desfigurada com a reforma do Decreto 2.208/97, realizada na gestão de FHC. Recentemente, porém, notadamente no segundo mandato do governo Lula da Silva, a educação destinada à classe trabalhadora recebeu uma atenção diferenciada, marcada por grandes investimentos estruturais, constatado por meio da ampliação do número de vagas dos cursos profissionais já existentes, mas, sobretudo, com a construção de novas Escolas Técnicas Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em várias partes do País. A abertura dessas novas escolas, assim como a ampliação das vagas dos cursos existentes se justificavam devido à defasagem no mercado entre a oferta e a demanda de mão de obra qualificada, consenso hegemônico que orientou também, as ações voltadas para a juventude trabalhadora durante a gestão de FHC.

Assim como na gestão do seu antecessor, o governo Lula da Silva implantou vários modelos de escolarização e formação profissional, que prometiam, entre outras coisas, melhorar os baixos índices de escolarização dos jovens em tela, mediante combinação entre formação e qualificação profissional, do tipo inicial para o trabalho, com a promessa de inserção desses cursistas ao término de cada curso. Percebe-se, assim, que o governo Lula da Silva acreditava, também, existir relação imediata entre desemprego e má formação dos trabalhadores.

Na segunda gestão do governo Lula da Silva a educação voltadas para os jovens das classes populares recebeu expressiva quantidade de investimentos públicos, com destaque para a criação e implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem Integrado, considerado o carro-chefe das ações de juventude da “nova” Política Nacional de Juventude - PNJ, lançada em 2005. Por meio desse Programa e suas submodalidades, o Governo federal buscou melhorar o nível escolar dos cursistas, prometendo que ao final de cada curso,

parte desses jovens, cerca de 30% dos jovens seria inseridos no mercado de trabalho. Nossa análise versa sobre a experiência da submodalidade Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, uma das quatro modalidades que compõem a Política Nacional de Juventude, inclusive na atualidade.

## **BREVE OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**

A história da educação profissional se confunde com a história das práticas humanas. Desde os tempos mais remotos, quando os homens transferiam seus conhecimentos nas artes dos ofícios por meio de uma educação baseada na observação, na prática e na repetição. Dessa maneira, a humanidade conseguiu transferir conhecimentos e técnicas de fabricação de instrumentos para outras gerações, promovendo, assim, o aprimoramento de ferramentas, instrumentos de caça, defesa e demais artefatos que lhes fossem úteis e os ajudassem no seu cotidiano (MANFREDI, 2002).

Até meados dos anos de 1970 do século passado, a educação voltada para a classe trabalhadora era vista como sinônimo de treinamento para a produção padronizada e em série<sup>2</sup>. Esse modelo de escolarização produziu um tipo de trabalhador semiqualficado que desempenhava tarefas simples, rotineiras e previamente delimitadas. Nessa etapa da acumulação capitalista, a educação tinha como fim a fragmentação entre os que pensam e os que executam as tarefas dentro da linha de produção. Segundo Kuenzer (2002, p. 79), tanto as relações sociais e produtivas, como a escola educam o trabalhador para esta divisão. “[...] O conhecimento científico e o saber prático são distribuídos desigualmente, contribuindo, ainda mais, para aumentar a alienação dos trabalhadores”.

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar oportunamente, que esse modelo de educação nasce e se estrutura para atender às demandas da produção da era Fordista, na qual havia uma clara divisão entre o trabalho braçal, realizado pelo trabalhador pouco qualificado e o trabalho intelectual, realizados, apenas, pelos donos dos meios de produção. Neste paradigma de organização do trabalho, o trabalhador intelectual é aquele que concebe, pensa em produzir as riquezas, já o trabalhador manual deve apenas executar tarefas simples como a operacionalização das máquinas no intuito de combiná-la com a matéria-prima, apenas executando normas. Como podemos perceber, nesta etapa de desenvolvimento, os processos produtivos exigiam do trabalhador, para sua inserção no mundo laboral, apenas conhecimentos tácitos, aqueles que combinavam experiência em atividades repetitivas com memorização para sua repetição.

Com a decadência do modelo Fordista<sup>3</sup> de produção, ocorrida, notadamente, na década de 1970, as bases ideológicas que sustentavam a escola de massa, foram, seriamente, questionadas. A introdução de novas tecnologias na linha de produção, realidade que foi sendo gradativamente incorporada à indústria brasileira a partir da década de 1980, produziu grandes mudanças na sociedade e modificou radicalmente as relações entre capital e trabalho. A educação não ficou imune a essas mudanças.

Em contrapartida, o fim do Fordismo fez emergir um novo modelo de desenvolvimento econômico denominado Toyotismo<sup>4</sup>. Com o advento das novas tecnologias organizacionais, baseadas nos critérios de flexibilidade e integração da produção, as empresas passaram a demandar, cada vez mais, trabalhadores multifuncionais, criativos, comunicativos e capazes de manter altos níveis de produtividade. Nesse novo cenário, o trabalhador foi chamado a deixar de ser um mero executor de tarefas simples, participando de maneira ativa no conjunto da produção e na criação de novas técnicas que venham ajudar a melhorar os lucros das empresas.

A reforma da Educacional Profissional capitaneada por FHC atingiu fortemente à classe trabalhadora, sobretudo os trabalhadores mais jovens. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, a Educação Profissional passou a ser regida pelo Decreto 2.208/97 que a fragmentou em três níveis, a saber: o básico, o técnico e o tecnológico (MANFREDI, 2002). Vale ressaltar, oportunamente que, de acordo com a Lei

---

<sup>3</sup> A crise de superprodução deflagrada na década de 1970 e que se estende até os dias atuais, como afirma Antunes (1999) está relacionada, fundamentalmente, à crise da estrutura do capital, que na tentativa de recuperação de seu ciclo reprodutivo e resgate de seu processo de dominação, promove grandes transformações no próprio processo produtivo, pelas vias de novas formas de acumulação.

<sup>4</sup> O toyotismo é o modelo japonês de produção, criado pelo japonês Taiichi Ohno e implantado nas fábricas de automóveis Toyota, após o fim da Segunda Guerra Mundial. As principais características são:

Flexibilização da produção – produzir apenas o necessário, reduzindo os estoques ao mínimo; Automatização – utilizando máquinas que desligavam automaticamente caso ocorresse qualquer problema, um funcionário poderia manusear várias máquinas ao mesmo tempo, diminuindo os gastos com pessoal; Just in time (na hora certa) – sem espaço para armazenar matéria-prima e mesmo a produção, criou-se um sistema para detectar a demanda e produzir os bens, que só são produzidos após a venda; *Kanban* (etiqueta ou cartão) – método para programar a produção, de modo que o *just in time* se efetive; O *Team work* (trabalho em equipe) – os trabalhadores passaram a trabalhar em grupos, orientados por uma líder. O objetivo é de ganhar tempo, ou eliminar os “tempos mortos e o Controle de qualidade total – todos os trabalhadores, em todas as etapas da produção são responsáveis pela qualidade do produto e a mercadoria só é liberada para o mercado após uma inspeção minuciosa de qualidade. Maiores informações em: <http://www.infoescola.com/industria/toyotismo/Acesso> em 01 de outubro de 2012.

9394/96, a Educação Profissional passou a ser complementar à Educação Básica, dando autonomia às escolas, sejam elas particulares ou públicas de realizarem a formação dos trabalhadores. Em tese, tal formação poderia ser, também, realizada no próprio ambiente de trabalho.

O Decreto 2.208/97, que separou radical e formalmente o ensino técnico da formação geral e básica, atendia, de maneira particular, os “aconselhamentos” dos organismos financeiros internacionais, sobretudo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional – FMI, que passaram a determinar quais políticas deveriam ser prioritárias para o nosso País, sobretudo no âmbito da educação dos trabalhadores. Referido Decreto significou um grande retrocesso no campo do direito a uma educação de qualidade para os trabalhadores. Na compreensão de Frigotto (2005a), a promulgação desse Decreto, bem como outros instrumentos legais, como, por exemplo, a Portaria n. 646/97, serviram para proibir a pretendida formação integrada da classe trabalhadora, regulamentando, assim, as formas fragmentadas e aligeiras de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado.

Ainda segundo esse autor, a promulgação do decreto em tela representou a retomada neoliberal da dicotomia estrutural entre formação geral e formação profissional, presente desde a gênese da educação brasileira no País. Revogá-lo, tornou-se, um compromisso histórico e político, assumido com os movimentos dos trabalhadores durante a campanha eleitoral, na qual o governo Lula da Silva foi eleito. O “novo” governo, depois de longas discussões e pressões dos trabalhadores, resolveu revogá-lo, o que na opinião de Frigotto (2005a) teria ocorrido, de maneira precária, por meio de outro Decreto, o 5.154, de 23 de julho de 2004.

Ainda na acepção de Frigotto (2005a), a revogação do tal Decreto, por si só, não foi capaz de mudar “o desmonte produzido na década de 1990”. Da forma como foi posto ele sinaliza, apenas, para a possibilidade da educação integrada, mas o governo não engendrou esforços em instituí-la nos estabelecimentos públicos dos âmbitos federal, estadual e municipal, ampliando as matrículas para o ensino médio e elevando sua qualidade.

Um ano depois da promulgação do referido Decreto, o governo Lula

da Silva lançou o PROEJA no âmbito restrito das instituições federais vinculadas à educação profissional (BRASIL, 2005a). Referido Programa, todavia, foi imposto às instituições de ensino, forçando-as a implementarem uma Educação Profissional integrada à Educação Básica para jovens e adultos, aligeirada, com previsão de carga horária de no máximo 1.600 horas para a formação inicial e continuada, e de 2.400 horas para o ensino médio integrado (FRIGOTTO, 2005a).

Sem dúvida, o lançamento do PROEJA significou um significativo avanço no campo da educação dos trabalhadores, todavia, não podemos deixar de ressaltar o caráter fragmentário da política de Educação Profissional do governo Lula da Silva, destacando que, o tratamento dado a Educação Profissional com a promulgação do “novo” Decreto não representou, de fato, avanços significativos no campo da educação da classe trabalhadora, pelo contrário. Reitera Frigotto (2005a), convincentemente, que a política de Educação do governo Lula da Silva, diferente do midiaticamente divulgado se processou mediante a proliferação de programas e projetos de educação profissional, do tipo aligeirados e de caráter assistencialista, a exemplo da Escola de Fábrica, do ProUni e do Programa Nacional de Inclusão: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - *PROJOVEM*. Com base nessa afirmação, podemos afirmar que, apesar dos esforços empreendidos pelo Governo federal no campo da educação dos jovens trabalhadores, tais ações não superaram a histórica dualidade entre a educação ofertada à classe trabalhadora e aquela destinada às camadas privilegiadas da população, assunto a ser brevemente apresentado a seguir.

## **O PROJOVEM INTEGRADO: DO DISCURSO À REALIDADE**

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – *Projovem* Original foi lançado por meio da Medida Provisória de n. 11.129 de 02 de fevereiro de 2005, pelo governo Lula da Silva, no mesmo período em que foi instituída a sua Política Nacional de Juventude - PNJ. Referido Programa foi idealizado com o objetivo de ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional, reintegrando-os ao processo educacional,

proporcionando uma formação para o trabalho do tipo inicial, ações de cidadania, inserção no mundo do trabalho, esporte, cultura e lazer. A gestão desse Programa foi pensada pra ser compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação e do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2005).

O Projovem Integrado surgiu como estratégia de enfrentamento das questões e das demandas da juventude trabalhadora brasileira e como resposta aos compromissos de campanha, assumidos publicamente, meses antes da sua eleição. O lançamento desse Programa explicitou de maneira particular a maneira com a qual o Governo federal enfrentaria os problemas vividos pelos jovens das classes populares, sobretudo no âmbito da formação e da qualificação para o trabalho. Nesse sentido, uma das proposições do Projovem é o compromisso de proporcionar uma formação integral, mediante uma efetiva associação entre a elevação da escolaridade, qualificação com certificação de formação inicial para o trabalho e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público, (BRASIL, 2005, p.13).

Em 2008, depois de uma criteriosa avaliação, o Projovem Integrado passou a fazer parte das principais políticas compensatórias realizadas pela maioria dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. O Portal da Transparência, ONG que acompanha os gastos com as políticas públicas do Governo federal, concluiu que, nos últimos anos da gestão de Lula da Silva, o investimento público no Programa Projovem Integrado teve expressivo aumento<sup>5</sup>, se comparado aos primeiros anos do seu lançamento.

O “novo” *Projovem*, que passou a ser chamado de Programa Nacional de Inclusão: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, ou simplesmente *Projovem Integrado*, resulta da junção de cinco programas federais que estavam sendo executados durante a primeira gestão desse

---

<sup>5</sup> Para se ter uma ideia, na primeira fase, entre 2004 e 2005, foram investidos aproximadamente R\$ 226 milhões de reais. No biênio 2006 e 2007, o Governo liberou R\$ 309 milhões de reais, e no último biênio (2008 e 2009), os valores pagos chegaram à cifra de mais de R\$ 793 milhões<sup>5</sup>. No total, foram investidos quase R\$ 2 bilhões de reais, dinheiro que, seguramente, poderia ajudar a melhorar os resultados da escola pública, dados publicados no portal da transparência. Informações em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em: 01 de outubro de 2012.

governo, a saber: Agente Jovem, Projovem, Saberes da Terra, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Desde então, passou a ser composto por quatro submodalidades, a saber: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador, conforme breve descrição que realizamos a seguir. A seguir, faremos uma breve análise do Programa Projovem Trabalhador e suas implicações na realidade cearense.

## **O PROJovem TRABALHADOR COMO MODELO DE ESCOLARIZAÇÃO PARA A JUVENTUDE TRABALHADORA DO CEARÁ**

O Programa Projovem Trabalhador surge da junção de três programas desenvolvidos pelo governo Lula da Silva no início de sua gestão, todos dirigidos aos jovens das classes populares, a saber: *Consórcio Social da Juventude, Escola de Fábrica e o Juventude Cidadã*. Vale ressaltar que esse último teve início ainda na gestão de FHC. O *Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã* foi pensado para atender os jovens mais pobres das camadas populares, desde que se encontrem na faixa etária dos 18 aos 29 anos, em situação de desemprego e membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo.

Segundo seus idealizadores, esse Programa<sup>6</sup> tem como objetivo, elevar a escolaridade dos cursistas, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental e/ou médio; a qualificação profissional com certificação inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Para o Governo federal, a integração entre educação, trabalho e ação comunitária tem como propósito a inclusão social dos jovens cidadãos (BRASIL, 2005).

O Ceará foi um dos primeiros estados da Federação a implantar esse Programa. Entre os anos de 2007 e 2008, foram capacitados, profissionalmente, 4.866 jovens em 35 municípios cearenses<sup>7</sup>. Desse total,

---

<sup>6</sup> Os jovens que participam regularmente das atividades do Programa recebem uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 100,00 (cem reais), pagos em seis parcelas iguais, durante todo o período da qualificação mediante comprovação de assiduidade às aulas.

<sup>7</sup> Os municípios contemplados foram: Acaraú; Aquiraz; Aracati; Aracoiaba; Barbalha; Baturité; Boa Viagem; Camocim; Canindé; Cascavel; Crateús; Granja; Icó; Iguatu; Itapipoca; Jaguaribe; Juazeiro do

1.512 jovens conseguiram se inserir no mercado de trabalho, de acordo com dados oficiais do governo cearense. Para 2009, pretendia-se estender esse atendimento a mais de 6.500 jovens, selecionados em 83 municípios<sup>8</sup> cearenses, incluindo Fortaleza. De acordo com o edital desse Programa, os investimentos para a segunda etapa das atividades do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã foi da ordem de R\$ 11 milhões de reais. É oportuno destacar que a garantia da transferência desses recursos obedecem a garantia mínima de inserção de 30% dos cursistas ao final das atividades de cada projeto.

Viabilizar a inserção de pelo menos 30% dos jovens cursistas no mercado de trabalho é uma tarefa quase impossível, dada a realidade do mercado de trabalho no Ceará. Assim como a maior parte dos estados brasileiros, as cidades cearenses, na sua maioria, não oferecem nenhuma infraestrutura industrial capaz de oferecer emprego formal para tantos jovens ao mesmo tempo. Muitos municípios cearenses, por uma questão de história, vivem de pequenos negócios familiares e se sustentam, economicamente, da aposentadoria dos idosos e, mais recentemente, dos programas de transferência de renda do Governo federal. Foram essas cidades as principais “beneficiárias” dos programas de capacitação de jovens durante o governo Lula, o que nos leva a concluir que a referida cláusula de inserção de 30% dos cursistas no mercado formal de trabalho só existe no papel. Em alguns municípios, como por exemplo, Caucaia e Maracanaú, a inserção dos cursistas ocorreu mediante entrega de um kit de ferramentas, denominado “Kit do Empreendedor”. O tal kit era composto por algumas ferramentas que deveriam, em tese, estimular a criação de negócios familiares, capazes de ensejar renda para os jovens cursistas e suas famílias, baseados no discurso do empreendedorismo juvenil.

Consoante Lee Fontenelle, um dos coordenadores desse Programa nos municípios citados, além da entrega do *Kit do Empreendedor*, os Entes se utilizaram, do cooperativismo como meio de comprovação de inserção dos cursistas em alguma atividade produtiva. Nesse caso, os jovens foram

---

Norte; Limoeiro do Norte; Morada Nova; Pacajus; Quixadá; Quixeramobim; Russas; Santa Quitéria; Sobral; Tauá; Tianguá, Trairi e Várzea Grande.

<sup>8</sup> Mais esclarecimentos podem ser encontrados em: <http://www.mte.gov.br/projovem>.

“convidados” a se associarem a alguma cooperativa local, comprovando, assim, o envolvimento direto numa atividade de trabalho. Essa estratégia isenta os Entes de assegurar emprego formal para esses sujeitos, conforme contrato de parceria. Em todos esses casos, não houve, de fato, inserção dos cursistas no mercado formal de trabalho, pelo menos na quantidade estabelecida, mas apenas formas precárias de inserção laboral, sobretudo algumas atividades baseadas no discurso do empreendedorismo juvenil.

## **À GUIA DE CONCLUSÃO**

Ao longo deste artigo, procuramos explicitar alguns limites dos atuais modelos de escolarização e formação dos trabalhadores jovens brasileiros, tendo como objeto de análise, o Programa Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã. Percebe-se que, apesar dos esforços empreendidos pelo governo Lula da Silva na tentativa de superar a histórica dualidade entre a educação ofertada à classe trabalhadora e aquela destinada à juventude das classes privilegiadas, a política de educação profissional desse Governo se processou mediante programas focais e contingenciais, baseados no discurso do empreendedorismo juvenil e da empregabilidade, o que nos leva a afirmar, convincentemente, que o Poder Público brasileiro continua negando o direito dos trabalhadores jovens do acesso a uma educação e formação profissional de qualidade.

Conclui-se, portanto, afirmando que apesar de uma clara intencionalidade do governo Lula da Silva em alterar os rumos da Educação Profissional no País, na prática, a educação ofertada à juventude trabalhadora durante sua gestão se processou mediante programas focais e contingenciais, a exemplo do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, proposta de educação que nega as verdadeiras necessidades da classe trabalhadora.

Defendemos, portanto, outro modelo de educação que atenda e resolva as reais demandas da juventude trabalhadora. Não basta a oferta de cursos fragmentados e pontuais, a exemplo do Projovem Trabalhador e outras tantos Programas que caracterizaram a Política Nacional de Juventude do governo Lula da Silva. É preciso investir num tipo de educação que atenda, não

só aos reclames do mundo do trabalho contemporâneo, com suas engrenagens tecnológicas, mas uma educação comprometida com a formação integral do sujeito. Além disso, é preciso que o Poder Público invista, massivamente, numa política de geração de emprego e renda capaz de criar novas oportunidades, inclusive para os jovens em tela.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e LULA). 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 5.557**, de 05 de outubro de 2005, regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem – instituída pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e de outras providências. Brasília, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: teorias em conflito. *In*: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e Crise do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 25-54.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *In* FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez Editora, 2005a. p. 21-56.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente. *In*: LOMBARDI, J.; SAVIANI, D. ; SANFELICE, J. L. (Org.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

POCHMANN, M.. **A batalha pelo primeiro emprego**: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

MANFREDI, Silva Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2002.

QUEVEDO, Margarete de. Educação profissional no Brasil: formação de cidadãos ou mão de obra para o mercado de trabalho? **Revista da Faculdade de tecnologia de Bauru**, Fatec, número 01, volume 01, dezembro, 2011, Disponível em <<http://www.fatecbauru.edu.br/rehutec/artigos/7-EDUCA%C3%87%C3%83O%20PROFISSIONAL%20NO%20BRASIL.pdf>>.

Acesso em: 22 set. 2012.

RECEBIDO EM: 06.01.13

APROVADO EM: 09.01.13